

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Programa
de **Comparações**
Internacionais
América Latina

International
Comparison Program
Latin American

Programa
de **Comparación Internacional**
América Latina

Primeiros resultados do Programa de
Comparação Internacional na América do Sul
Consumo Domiciliar em 2005

Rio de Janeiro
2006

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE. 2006

Capa

Marcos Balster Fiore Correia - Coordenação de Marketing/
Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Programação visual da publicação

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Diagramação textual e tabular

Beth Fontoura

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Neuza Damásio

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Impresso no Brasil/ *Printed in Brazil*



Sumário

Introdução	05
Nota metodológica sobre a versão 2005 do PCI na América do Sul	07
Informativo para imprensa: Primeiros resultados do Programa de Comparação Internacional na América do Sul – Consumo Domiciliar em 2005	13
Tabelas com resultados	
1 - Índices de despesas reais <i>per capita</i> , região = 100 Despesas reais <i>per capita</i> (ajustadas por PPC's): razão do país em relação à média regional	19
2 - Índices de despesas nominais <i>per capita</i> , região = 100 Despesas nominais <i>per capita</i> (ajustadas por taxa de câmbio): razão do país em relação à média regional	20
3 - Índices de nível de preços, média da região = 100 PPC dividida pela taxa de câmbio, ajustada em relação à média regional	21
4 - Paridades de poder de compra PPC's, Argentina = 1.0	22
5 - Participação nas despesas reais Participação nas despesas reais por categoria de consumo	23
6 - Participação nas despesas nominais Participação nas despesas nominais por categoria de consumo	24
7 - Participação nas despesas reais por país, região = 100 Participação real dos países no total regional	25
8 - Participação nas despesas nominais por país, região = 100 Participação nominal dos países no total regional	26
Anexo	
Entrevista com Eduardo Pereira Nunes, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	27



Introdução

Para tornar claros os propósitos da divulgação do Programa de Comparação Internacional (PCI), foi organizado um conjunto de três documentos, cada um deles ressaltando distintos aspectos do projeto, a serem distribuídos entre os participantes:

1. Uma nota (Nota metodológica sobre a versão 2005 do PCI na América do Sul) com uma breve descrição dos métodos utilizados para calcular as taxas de paridade de poder de compra (PPP) e os gastos valorados a essas taxas PPP;
2. Um informativo para a imprensa (Primeiros resultados do Programa de Comparação Internacional (PCI) na América do Sul – Consumo Domiciliar em 2005) com os principais resultados do PCI na região; e
3. Tabelas com os resultados estatísticos detalhados do programa.

Apesar dos documentos terem um formato final, os participantes não devem crer que o evento de divulgação marca o fim do programa. Pelo contrário, o evento marca o seu início. Embora os dez países da América do Sul que participaram do programa possam sentir-se orgulhosos de compor a primeira região do mundo a publicar resultados – ainda que preliminares – existe uma série de aperfeiçoamentos que deverá aguardar uma fase posterior: melhorias que envolvem a busca de métodos mais eficazes, a estimação de dados básicos de melhor qualidade e a possibilidade de estabelecer acordos mais específicos sobre o marco conceitual e sua aplicação transregional. Espera-se que tais aperfeiçoamentos sejam tornados públicos na próxima rodada do PCI, programada de forma preliminar para o ano de 2008. Até lá, os usuários terão que se satisfazer em não atribuir muita importância às pequenas diferenças no consumo per capita entre distintos países; em saber que as estimativas de valor dos serviços de habitação estão ainda sujeitos a um exame mais profundo para que se tornem comparáveis entre países; que os serviços prestados tanto pelo setor público como pelo setor privado (Saúde, Educação, Telecomunicações etc.) permanecem como objeto de discussão técnica internacional; e que de agora até o final do ano se buscarão melhorias marginais que de forma acumulada afetarão os resultados finais.

Estamos confiantes que os resultados contidos nos documentos apresentados são estáveis e qualquer revisão que porventura venha ocorrer será marginal. Finalmente, nada cria maiores estímulos à produção de melhores estatísticas econômicas que colocá-las à disposição do público para que provoquem uma discussão ampla de seus pontos fortes e fracos.



Nota metodológica sobre a versão 2005 do PCI na América do Sul

O que é o PCI?

O Programa de Comparação Internacional (PCI) é uma iniciativa estatística mundial que visa fornecer respostas quantitativas e objetivas a perguntas como "Em quanto o país A é mais caro do que o país B?" "Em que sentido e em quanto a moeda A está supervalorizada em relação à moeda B?" e "Em termos *per capita*, até que ponto o consumo de bens e serviços tais como Alimentação, Saúde e Educação etc. do país A é maior do que o do país B?" Essas e outras questões semelhantes estão na base das comparações internacionais de indicadores econômicos para orientação de políticas.

Há uma forma tradicional de responder tais perguntas. Em geral toma-se uma moeda como base para as comparações entre países. No passado essa moeda era a libra esterlina, substituída pelo dólar americano depois da Primeira Guerra Mundial. Todas as estatísticas expressas em valores monetários são convertidas na moeda-base utilizando-se taxas de câmbio de mercado.

As taxas de câmbio de mercado, no entanto, são influenciadas por muitos fatores, um dos quais o poder de compra. No curto prazo, forças especulativas que afetam as contas de capital dos países podem ser tão influentes quanto o poder de compra, ou até mais. Além de significativas variações dos mercados monetários causadas por investimentos e movimentações de capital de curto prazo, um anômalo e repentino colapso financeiro de um país é imediatamente repassado ao mercado de câmbio estrangeiro mas irá afetar a produção e a distribuição da riqueza muito mais lentamente. Um exemplo conhecido foi a crise financeira que atingiu a Argentina em 2001. Enquanto a moeda nacional viu seu valor em dólares americanos ser reduzido em dois terços quase que da 'noite para o dia', nem o poder de compra da riqueza nacional nem a renda nacional sofreram redução comparável a curto ou médio prazo.

Existe uma alternativa mais rigorosa às taxas de câmbio de mercado para se obter comparações internacionais robustas, as paridades de poder de compra ou PPCs. A maneira mais fácil de explicá-las é em termos de consumo. Para o consumidor, a paridade de poder de compra é a taxa de câmbio entre duas moedas A e B que torna indiferente o fato de a compra de uma cesta pré-definida de bens e serviços ser feita com uma moeda ou outra. Em outras palavras, o consumidor não precisa se preocupar se está comprando com a moeda A ou em trocar a moeda A pela moeda B a uma dada taxa de paridade cambial, porque em quaisquer dos casos ele pode adquirir exatamente os mesmos produtos e serviços exatamente nas mesmas quantidades.

As Paridades de Poder de Compra no PCI são calculadas não só para o consumo, mas também para outros componentes do PIB – investimento em máquinas e equipamentos, construção – residencial ou não, despesas governamentais com bens e serviços, entre outros. O cálculo das PPCs permite que os países participantes comparem seus agregados macroeconômicos com aqueles dos vizinhos sem que as comparações sejam distorcidas pelas flutuações das taxas de câmbio.



História e organização do PCI

Em 2003, depois de um intervalo de oito anos, o Banco Mundial lançou uma nova versão do PCI que se seguiu a vários anos de discussões e preparações intensas. Mais de 100 países agrupados em 5 regiões – América do Sul, África, Oriente Médio, Ásia e a Comunidade dos Estados Independentes (antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)¹ expressaram sua vontade de participar desse exercício. Embora alguns países da América Latina tenham estado presentes nas versões anteriores, essa foi a primeira vez que a representação da América do Sul como região é oficial.

A versão atual representa uma mudança na organização em relação às tentativas anteriores. Substituindo a Divisão de Estatística das Nações Unidas, o Banco Mundial assumiu a coordenação das atividades mundiais através de uma unidade com abrangência global recém-criada, subordinada a um Comitê Executivo cujos membros representam a comunidade estatística internacional, assim como as instituições que financiam o projeto. Foi criado um Grupo Técnico Consultivo que oferece orientação e faz recomendações acerca dos métodos e das circunstâncias em que devem ser empregados. A unidade global gerencia o PCI diariamente e é responsável pelo cálculo e publicação dos resultados gerais. As pesquisas de preço necessárias para calcular as PPCs e as estimativas do PIB com base nas PPCs são realizadas pelos países participantes.

Cada uma das cinco regiões tem sua própria infraestrutura institucional para realizar o projeto. No caso da América do Sul, a coordenação regional é realizada conjuntamente pelo *Statistics Canada*, o instituto de estatística do governo canadense, e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A coleta de preços é realizada pela instituição responsável pelo Índice de Preços ao Consumidor em cada país participante, mas a especificação da cesta padrão de bens e serviços está sob responsabilidade das agências coordenadoras que trabalham em conjunto com o Banco Mundial. A estrutura de ponderação necessária para a agregação dos preços nacionais é fornecida pela instituição responsável pelas Contas Nacionais em cada país. Além de atuar como órgão coordenador, o *Statistics Canada* é responsável pela análise e apuração dos preços e dos pesos do PIB, assim como pelo cálculo das PPCs e das estimativas do PIB com base nas PPCs. O projeto é financiado principalmente pelos próprios países e por grandes instituições internacionais, incluindo o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a CEPAL e a CIDA – Agência Internacional Canadense de Desenvolvimento.

Como é possível que vários países possuam uma cesta única?

Todos sabemos que há problemas intrínsecos ao cálculo dos Índices de Preços ao Consumidor, em grande parte causados por mudanças nas preferências, avanços tecnológicos e variações na oferta de produtos, que se refletem na mudança dos preços relativos. Se tentarmos comparar o momento atual com mais ou menos vinte anos atrás, teremos dificuldade de tratar com alguns produtos tais como as câmeras digitais, a carne geneticamente modificada, o Windows XP Profissional e o equipamento de som "surround"? Comparar países pode ser tão ou mais complicado. Quais peças de roupa são consideradas padrão quando se compara um país de clima quente com outro de clima frio? Que tipo de alimentação pode-se tomar como base quando comparamos uma comunidade costeira com outra localizada no interior? E como comparamos os povos que têm o futebol como o esporte mais popular enquanto outros preferem o beisebol? E assim por diante. A resposta é dada pelos procedimentos de ajuste adotados. Selecionamos como padrão aqueles produtos que são de certo modo comparáveis e que garantem representatividade. Não há sentido em se considerar a

¹ O Programa das PPCs do Eurostat – OCDE é realizado independentemente do PCI, mas seus resultados serão incorporados para tornar a presente edição uma iniciativa global de fato.



carne como item de comparação em um país onde a maior parte da população é vegetariana. No entanto, podemos considerar que, sob certas condições, a escolha de um corte de cordeiro é equivalente ao da carne bovina. Tentamos garantir a integridade da comparação global ampliando o número de comparações individuais a fim de ter garantias quanto à representatividade da cesta básica.

Cálculo da PPC elementar

No nível mais básico, a paridade do poder de compra é a razão de preços para a mesma quantidade de um produto específico em dois países, com preços expressos na moeda de cada país. Suponha-se que o preço de um quilo de arroz é 500 pesos no país A e 5 reais no país B. A paridade do poder de compra entre o País A e o País B é a razão 500/5. Um real gasto em arroz no país B compra a mesma quantidade e qualidade de arroz que 100 pesos no país A. A paridade de troca de arroz para o país B comparada ao A é 100

Dezenas de milhares de produtos e serviços compõem o consumo domiciliar e um número muito maior compõe o PIB. Existe uma grande variedade de produtos, desde diversos tipos de arroz, aos milhares de itens de vestuário e jóias, aos serviços de seguro, serviços médicos, etc. Nenhum instituto de estatística poderia determinar simultaneamente os preços de todos os bens e serviços disponíveis.

Assim, as PPCs são estabelecidas para produtos e serviços selecionados e considerados representativos dos principais agregados do PIB, mas também comparáveis aos bens e serviços disponíveis nos países vizinhos. Para o PCI, os principais agregados do PIB (consumo domiciliar, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, exportações e importações) são desagregados em 155 itens básicos². Como exemplos de itens básicos de consumo domiciliar podemos incluir: "pão e cereais", "peixe e frutos do mar", "frutas frescas", "calçados", "veículos automotores", "comunicação" etc. No caso do governo, os itens básicos são "serviços de saúde", "serviços educacionais", "defesa" etc.³ Cada um desses itens é representado por um conjunto de bens e serviços definidos de forma mais precisa.

As PPCs dos itens básicos são agregadas a níveis mais elevados de acordo com seu peso nas despesas do PIB de cada país⁴. O PIB de cada país em uma região é reestimado utilizando as taxas de paridade; a ele são somados os PIBs dos países vizinhos também recalculados de acordo com as respectivas taxas de paridade, a fim de se obter um valor de PIB de paridade regional. Esse agregado de PIB regional corresponde ao valor de todos os bens e serviços produzidos na região e expressos em uma moeda única uma vez que cada um deles foi valorado por sua taxa de paridade. A escolha de uma moeda comum ou *numéraire* é arbitrária, mas a convenção estabelecida ao longo do tempo é que o dólar americano seja utilizado para os agregados globais. A relação do valor de um bem ou serviço consumido por qualquer país valorado por sua paridade e o valor regional correspondente representa a verdadeira participação do país nesse produto.

² Um item básico é a categoria mais detalhada para a qual a PPC é calculada.

³ Veja a Tabela 3 com a lista de itens básicos.

⁴ Diversos métodos podem ser usados para agregar as PPCs, e cada um tem suas vantagens e desvantagens. A discussão dos diferentes métodos, bastante técnica, é abordada em detalhes no *ICP 2003-2006 Handbook*, disponível na página do Banco Mundial: [www.worldbank.org/Data/International Comparison Program/Resources/Handbook](http://www.worldbank.org/Data/International%20Comparison%20Program/Resources/Handbook)



Calculadas as PPCs, as estimativas de todas as regiões serão interligadas através de um pequeno número de países que representarão a sua região na comparação com as demais (Brasil e Chile foram os escolhidos na América do Sul), e um PIB global será estimado somando-se os PIBs regionais ajustados pelos seus respectivos representantes. O PIB global dividido pela população mundial é a melhor estimativa do PIB mundial per capita. Ainda que qualquer ranking seja questionável, vale ressaltar que nenhum ranking de PIB per capita tem significado robusto se os PIBs não foram recalculados a partir de sua taxa de paridade.

Como foi o processo na América Latina?

O princípio seguido foi, pelo menos inicialmente, agregar itens similares. Na ocorrência de grande variedade de produtos dentro de uma região, foram formados subgrupos de países antes de se obter as estimativas de agregados regionais. Desse modo foram constituídas duas cestas de consumo para a América do Sul - uma para a Comunidade Andina e outra para o Mercosul e Chile. As cestas foram definidas durante uma série de encontros regionais em 2003 e 2004, e tomou-se o cuidado de escolher produtos que fossem comparáveis entre os países e representativos dos mercados nacionais.

A cesta final de consumo é composta de 580 produtos, referentes a 88 dos 110 itens básicos estabelecidos mundialmente. Comparações robustas não exigem que cada país participante colete preços para a cesta padrão completa. Assim, por causa de diferenças na disponibilidade, somente 450 produtos foram pesquisados na Comunidade Andina e 524 no Mercosul e no Chile. Nenhum país, nem mesmo o maior, pesquisou todos os produtos da cesta.

Após a pesquisa-piloto realizada em outubro de 2004, os preços foram coletados em todos os países em março, junho, setembro e novembro de 2005 e a média anual de preços foi calculada. Vários produtos foram pesquisados somente uma ou duas vezes. Os preços dos produtos sazonais (por exemplo, roupas de inverno) foram coletados no trimestre em que estavam disponíveis. Outros produtos tiveram seus preços determinados somente uma vez porque não se espera que eles mudem ao longo do ano (como as taxas escolares). A tabela abaixo apresenta o número de itens básicos e produtos das 12 principais categorias de consumo.

Tabela 1 – Número de Itens Básicos e Produtos na Cesta Sul-Americana

Categoria	Itens Básicos	Produtos	Participação média no consumo
Total	88	580	
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	29	147	22,7
Bebidas Alcoólicas e Fumo	4	8	2,7
Roupas e Calçados	5	136	3,7
Habituação, Água, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis	6	20	17,0
Mobiliário, Equipamento e Manutenção			
Residencial	10	77	5,8
Saúde	7	51	9,6
Transporte	9	33	11,2
Comunicação	3	8	4,3
Recreação e Cultura	8	54	4,3
Educação	1	10	8,5
Restaurantes e Hotéis	2	14	4,0
Bens e Serviços Diversos	4	22	6,3



A maioria dos países participantes coletou preços apenas nas suas principais cidades. A tabela abaixo relaciona as cidades pesquisadas em cada país e a cobertura estimada da população urbana. Deve-se considerar, porém, que as cidades da América do Sul concentram uma grande proporção da população total e são responsáveis por uma parcela ainda maior de todas as transações do comércio varejista. Além disso, à medida que os mercados nacionais tornam-se cada vez mais integrados, é difícil imaginar diferenciais de preços significativos para itens que não sejam produtos frescos ou habitação.

Tabela 2 – Cobertura Geográfica em % de População Urbana, por País

País	Cidades	Cobertura em % de população urbana
Argentina	Grande Buenos Aires	39,7
Bolívia	Cochabamba, El Alto, La Paz, Santa Cruz	76,5
Brasil	Belém, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo	27,0
Chile	Antofagasta, Concepción, Coquimbo, Iquique, La Serena, Puerto Montt, Quilpue, Santiago, Talcahuano, Temuco, Valdivia, Valparaíso, Viña M.	54,6
Colômbia	Baranquilla, Bogotá, Cali, Medellín	39,2
Equador	Guayaquil, Quito	45,1
Peru	Arequipa, Huancayo, Iquitos, Lima, Trujillo	43,0
Paraguai	Asunción	55,0
Uruguai	Montevideo, Paysandú, Las Piedras, Puerto Maldonado, Tacuarembó	42,5
Venezuela	Grande Caracas (estimativa)	18,0

No entanto, foram criados procedimentos para melhor representar os preços médios nacionais. Assim, exceto para Argentina, Paraguai e Venezuela, foi aplicada uma ponderação às cidades onde a coleta de preços ocorreu de forma a garantir que a importância relativa do resto do país fosse considerada, ainda que não o estivesse através de seus preços. O objetivo é evitar que os preços coletados nas cidades maiores anulassem a influência daqueles obtidos nas menores. Por exemplo, no Peru e no Uruguai as cidades que não eram capitais foram ponderadas para representar o resto do país e não apenas a sua importância em relação à capital.

Para cada país, os pesos de cada cidade/região foram obtidos a partir dos padrões de gastos do domicílio regional, da estimativa do PIB regional ou de uma combinação de ambos. A população foi usada como indicador somente quando nenhuma informação sobre a despesa estava disponível. No caso da Argentina, os preços médios em Buenos Aires foram ajustados para refletir os resultados de um estudo da paridade do poder de compra realizado em todo o país.

Nota aos usuários: Uma comparação internacional com a cobertura do PCI sempre ocorrerá em momentos nos quais alguns países estarão promovendo revisão de suas estatísticas econômicas. As estimativas das contas nacionais detalhadas que fundamentam a agregação das PPCs em cada país também estão sujeitas a incertezas. Assim sendo, os usuários devem ser cuidadosos ao analisar os dados desagregados de gastos e o *ranking* de países com base na despesa *per capita* de um único bem ou serviço.



**Tabela 3 – Lista dos 155 itens básicos do PIB
para uso no PCI**

Nome	Itens Básicos
Produto Interno Bruto	155
Despesa de Consumo Final das Famílias	110
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	29
Bebidas Alcoólicas, Fumo e Narcóticos	5
Roupas e Calçados	5
Habitação, Água, Eletricidade, Gás e outros Combustíveis	7
Mobiliário, Equipamentos e Manutenção	13
Saúde	7
Transporte	13
Comunicação	3
Recreação e Cultura	13
Educação	1
Restaurantes e Hotéis	2
Bens e Serviços Diversos	10
Balança de Despesas de Residentes fora do Território Econômico e de Não Residentes no Território Econômico	2
Despesas de Consumo Individual do Governo e das Instituições sem Fins Lucrativos	22
Despesas de Consumo Individual das Instituições sem Fins Lucrativos	1
Despesas de Consumo Individual do Governo	21
Habitação	1
Saúde	12
Recreação e Cultura	1
Educação	6
Proteção Social	1
Despesas de Consumo Coletivo do Governo	5
Formação Bruta de Capital Fixo	12
Maquinária e Equipamentos	8
Construção	3
Outros Produtos de Capital	1
Variação de Estoques e Aquisições menos Venda de Objetos Valiosos	4
Variação de Estoques	2
Aquisições menos Venda de Objetos Valiosos	2
Balança de Exportações e Importações	2



Informativo para a imprensa: Primeiros resultados do Programa de Comparação Internacional na América do Sul - Consumo Domiciliar em 2005

Introdução

Em 2003, o Banco Mundial iniciou uma versão mundial do Programa de Comparação Internacional (PCI), visando medir as paridades de poder de compra (PPC) e os níveis correspondentes de preço e volume do Produto Interno Bruto (PIB) numa base comparável para mais de 100 países, agrupados em 5 regiões¹. Apesar de as comparações que envolvem PIBs ajustados para paridades do poder de compra não estarem ainda prontas, já existem resultados regionais preliminares para o maior componente do PIB – o consumo domiciliar.

Esses resultados comparam dez países sul-americanos cujos preços ao consumidor foram pesquisados em 2005 no intuito de computar PPCs e aplicá-las ao consumo domiciliar para o mesmo ano. O consumo domiciliar na região da América do Sul é responsável, em média, por dois terços do PIB. Portanto, é improvável que, uma vez estimados, os outros componentes da despesa nacional possam causar mudanças significativas no *ranking* do PIB *per capita* ou qualquer mudança significativa nas paridades nacionais.

Destaques:

- Em 2005, Argentina, Chile e Uruguai estavam relativamente em melhores condições do que os outros países sul-americanos

Baseando-se nos dados estimados em 2005, não há grandes surpresas no *ranking* dos três primeiros países em comparação à situação de dez anos atrás. A tabela 1 mostra a Argentina no topo, em termos de despesas *per capita*², com bens e serviços domiciliares, em torno de 60% acima da média regional. Chile e Uruguai aparecem em seguida, com respectivamente 48% e 43% acima da média. Paraguai e Bolívia continuam no final da tabela, o primeiro com dois terços da média regional e o segundo com 52%. O grupo do meio está menos disperso, com a Venezuela no topo, um pouco acima da média, e a Colômbia em torno de 20% abaixo da média. O Brasil está em sexto lugar no *ranking*, aproximadamente 10% abaixo da média regional.

¹ América do Sul, África, Oriente Médio, Ásia e a Comunidade dos Estados Independentes (antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)

² Ao longo do texto, "despesas *per capita*" se refere às despesas *per capita* ajustadas pelo PPC.



**Tabela 1 – Consumo doméstico
per capita**

País	Consumo doméstico per capita
Argentina	161,3
Chile	148,0
Uruguai	143,5
Venezuela	108,7
Peru	91,6
Brasil	90,5
Equador	88,5
Colômbia	84,1
Paraguai	69,8
Bolívia	52,7

Nota: Média regional = 100.

Os resultados são apresentados sob a forma de índice, no qual 100 corresponde aos resultados médios para os 10 países sul-americanos. Portanto, o índice de 161 para a Argentina indica que o seu consumo doméstico *per capita* é 61% maior do que a média para a região sul-americana.

- Em 2005, os países mais caros para se viver foram Chile, Brasil e Uruguai; Paraguai e Bolívia foram os mais baratos

A melhor forma de aplicar paridades de poder de compra é determinar níveis de preço comparativos, ou em linguagem mais simples, onde é mais (ou menos) caro para se viver. A tabela 2 abaixo mostra as novas estimativas calculadas, expressas em relação à média sul-americana. Se algum visitante de fora da região se locomovesse de algum país para o outro e comprasse rigorosamente a mesma cesta de bens e serviços, ele observaria que teria gasto o maior valor no Chile e o menor valor no Paraguai e na Bolívia.

Tabela 2 – Níveis de preços comparativos

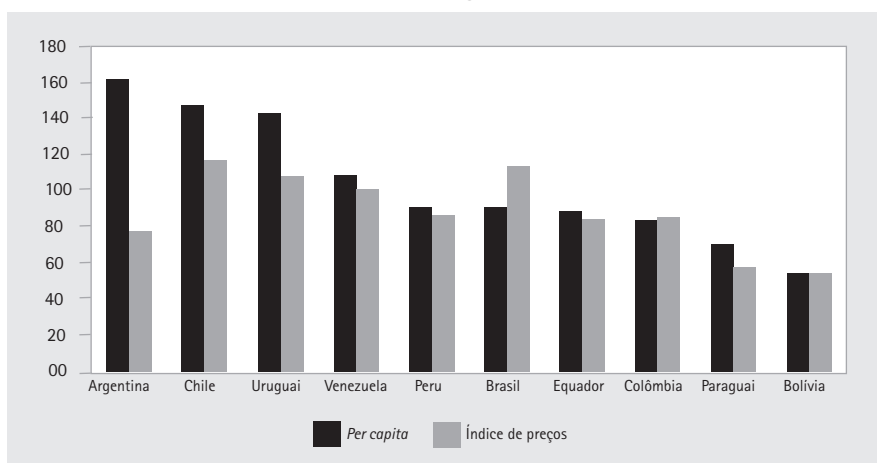
País	Índice do nível de preços
Chile	117,7
Brasil	114,2
Uruguai	108,0
Venezuela	101,3
Peru	85,8
Equador	85,7
Colômbia	85,3
Argentina	77,5
Paraguai	57,4
Bolívia	53,8

Nota: Média regional = 100.

Quando se comparam níveis de preços com as despesas per capita, deve ser notado que os países com os maiores níveis de preços não são necessariamente aqueles com as maiores despesas per capita. O nível de preços é maior no Chile e no Brasil do que na Argentina (veja gráfico a seguir).



Gráfico 1 – Níveis de preço comparativos e Índices de Consumo Domiciliar *per capita* Média Regional



- Argentina gasta mais do que os seus vizinhos na maioria dos itens domésticos, porém Uruguai lidera em despesas de transporte

Como as despesas per capita de grupos específicos de bens de consumo e serviços podem ser comparadas? As tabelas 3a e 3b respondem a essa pergunta para algumas categorias genéricas. Apesar de os preços serem coletados para grupos e serviços específicos, as despesas *per capita* dependem tanto dos dados de preços (PPCs) como das estimativas de despesas das contas nacionais. No entanto, as estimativas mais detalhadas de contas nacionais de despesas são de fato agregadas, tais como alimentação, vestuário, etc. Mesmo quando alguma informação detalhada das contas nacionais está disponível, ela não é totalmente comparável entre países. Além disso, valores para educação e saúde, pública e privada, são apresentados juntos visto que os resultados não são suficientemente robustos para serem apresentados separadamente. Quando os resultados do PIB como um todo forem publicados no final do ano, educação e saúde, pública e privada, serão apresentadas em quatro categorias diferentes.

Tabela 3a – Itens selecionados *per capita* Mercosul e Chile

Itens selecionados	Argentina	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Consumo doméstico efetivo	161,3	90,5	148,0	69,8	143,5
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	175,9	79,3	152,7	108,6	151,3
Vestuário e Calçados	154,4	86,5	190,9	94,0	166,1
Habituação e Despesas Relacionadas	187,1	89,6	153,0	70,3	153,7
Transporte	137,3	97,8	134,9	55,6	146,6
Restaurantes e Hotéis	108,3	99,0	74,2	43,3	97,9
Saúde e Educação, Pública e Privada	153,8	86,5	147,6	52,6	125,8

Nota: Média regional para todos os dez países = 100.



**Tabela 3b – Itens selecionados *per capita*
Países Andinos**

Itens selecionados	Bolívia	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela
Consumo doméstico efetivo	52,7	84,1	88,5	91,6	108,7
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	66,2	82,8	105,2	118,0	115,9
Vestuário e Calçados	30,9	76,1	126,2	135,5	70,0
Habitação e Despesas Relacionadas	50,3	93,9	59,1	61,9	103,1
Transporte	95,9	70,3	128,5	75,3	108,7
Restaurantes e Hotéis	63,8	102,0	43,8	117,0	143,8
Saúde e Educação, Pública e Privada	112,6	82,3	77,8		122,3

Nota: Média regional para todos os dez países = 100.

• **Livros são caros no Chile, Brasil e Venezuela, porém baratos na Argentina**

Embora as estimativas de gastos per capita para alguns produtos específicos não sejam muito confiáveis, as PPCs para alguns produtos específicos o são. Em consequência disso, algumas comparações específicas podem ser feitas nos dez países.

A tabela 4 apresenta alguns exemplos. A carne é muito mais cara no Chile do que em países que produzem esse produto, tais como Argentina e Paraguai. O café, por sua vez, é relativamente mais caro no Chile e no Uruguai, e não é nenhuma surpresa que seja mais barato no Brasil. Menos óbvio é que os produtos farmacêuticos sejam caros no Uruguai e no Brasil, porém baratos no Chile e no Equador. Veículos automotores são mais baratos no Chile e na Argentina, porém, no Brasil, que é o maior país produtor, os preços não estão longe da média regional. Livros são caros no Chile, Brasil e Venezuela, porém baratos na Argentina. Equipamento de vídeo e produtos eletrônicos são mais baratos no Chile e na Colômbia. Jantar fora é mais barato no Brasil, na Bolívia, Paraguai e Colômbia, mas é caro nos países com a maior renda *per capita* (Argentina, Chile e Uruguai).

Tabela 4 – Onde é relativamente barato (e caro) para comprar determinados produtos

Produtos	Relativamente barato	Relativamente caro
Carne	Paraguai, Argentina	Chile, Uruguai
Café	Brasil	Chile, Uruguai, Peru
Eletrodomésticos	Chile, Colômbia, Uruguai, Venezuela	Brasil
Produtos farmacêuticos	Chile, Equador, Peru	Uruguai, Brasil
Veículos automotores	Chile, Argentina	Colômbia, Bolívia, Equador
Telefone	Argentina, Paraguai	Chile, Brasil
Livros, periódicos	Argentina, Bolívia	Brasil, Chile, Venezuela
Equipamento de Vídeo	Chile, Colômbia, Peru	Argentina, Uruguai, Brasil
Restaurantes	Brasil, Bolívia, Colômbia, Paraguai	Argentina, Chile, Uruguai



- A extrapolação de dados para um longo período de tempo conduz a resultados enganosos e aumenta a lacuna entre "os que têm" e "os que não têm"

Os resultados obtidos nesta versão diferem significativamente das estimativas baseadas na última, extrapoladas para o presente³ em base em uma série de indicadores básicos, com destaque para os índices nacionais de preços ao consumidor.

Se alguém compara os resultados presentes com aqueles extrapolados a partir das PPCs de dez anos atrás, o *ranking* dos países em termos de despesas *per capita* é similar. Porém, a diferença entre o país com o maior gasto *per capita* (Argentina) e aquele com o menor gasto *per capita* (Bolívia) é bastante exagerada nas projeções. As novas estimativas apontam que a razão de um para o outro é de três para um em vez de cinco para um. Além disso, a variabilidade total dos novos números *per capita* é apenas dois terços daqueles extrapolados. Em geral, as novas estimativas mostram que os pobres não são tão pobres como as estatísticas convencionais apontam e que os ricos não estão relativamente tão bem quanto se acreditava.

Tabela 5 – Comparação do ranking per capita de países com base nos resultados do PCI 2005 e nas extrapolações (1) do PCI 1996

Extrapolações do PCI 1996		PCI 2005	
País	Consumo doméstico	País	Consumo doméstico
1. Argentina	174,2	1. Argentina	161,3
2. Uruguai	146,5	2. Chile	148,0
3. Chile	145,6	3. Uruguai	143,5
4. Colômbia	95,8	4. Venezuela	108,7
5. Brasil	95,2	5. Peru	91,6
6. Peru	80,2	6. Brasil	90,5
7. Venezuela	71,0	7. Equador	88,5
8. Paraguai	68,8	8. Colômbia	84,1
9. Equador	59,8	9. Paraguai	69,8
10. Bolívia	36,2	10. Bolívia	52,7
Proporção máxima para min.	4,8	Proporção máxima para min.	3,1

(1) Baseada nos dados do Banco Mundial 2004.

Os níveis de preços extrapolados não se comparam tão bem quanto as despesas per capita. Eles não apenas aumentam a dispersão em torno da média regional como também alteram o ranking (ver Tabela 6).

Tabela 6 – Comparação do índice do nível de preços com base nos resultados do PCI 2005 e nas extrapolações do PCI 1996 (1)

Extrapolações do PCI 1996		PCI 2005	
País	Índice do Nível de Preços	País	Índice do Nível de Preços
1. Venezuela	155,9	1. Chile	117,7
2. Equador	127,6	2. Brasil	114,2
3. Chile	120,4	3. Uruguai	108,0
4. Brasil	109,2	4. Venezuela	101,3
5. Uruguai	106,6	5. Peru	85,8
6. Peru	98,5	6. Equador	85,7
7. Bolívia	78,8	7. Colômbia	85,3
8. Colômbia	75,8	8. Argentina	77,5
9. Argentina	72,1	9. Paraguai	57,4
10. Paraguai	58,7	10. Bolívia	53,8
Dispersão relativa	1,00	Dispersão relativa	0,6

(1) Baseada nos dados do Banco Mundial 2004.

³ Ver base de dados dos indicadores de desenvolvimento mundial.



A comparação dos resultados dessa versão do PCI com os dados extrapolados da versão anterior apontam para a necessidade fundamental de calcular paridades regularmente. Na ausência de um programa multilateral que requeira aos institutos de estatística fazê-lo, qualquer análise de quais países são relativamente pobres e quais são relativamente ricos torna-se obsoleta em pouco tempo. Sem resultados atualizados, os formuladores de política terão dificuldade de tomar decisões adequadas e oportunas.



Tabelas com resultados

Tabela 1 - Índices de despesas reais *per capita*, região = 100

Itens	Índices de despesas reais <i>per capita</i>										
	Região (= 100)	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Peru	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Consumo efetivo das famílias (1)	100,0	161,3	52,7	90,5	148,0	84,1	88,5	91,6	69,8	143,5	108,7
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	100,0	175,9	66,2	79,3	152,7	82,8	105,2	118,0	108,6	151,3	115,9
Álcool e Fumo	100,0	221,9	21,3	81,2	139,3	99,9	59,2	47,6	54,3	177,3	134,8
Vestuário e Calçados	100,0	154,4	30,9	86,5	190,9	76,1	126,2	135,5	94,0	166,1	70,0
Habitação e Serviços	100,0	187,1	50,3	89,6	153,0	93,9	59,1	61,9	70,3	153,7	103,1
Mobiliário, Artigos para o Lar, Manutenção	100,0	125,0	50,9	102,6	161,3	75,2	113,1	81,5	58,9	161,8	83,0
Saúde	100,0	153,9	34,2	93,1	158,1	114,4	84,0	64,7	44,1	157,7	83,3
Transporte	100,0	137,3	95,9	97,8	134,9	70,3	128,5	75,3	55,6	146,6	108,7
Comunicação	100,0	234,6	26,4	81,5	111,2	63,5	114,3	58,4	54,7	141,2	159,7
Recreação e Cultura	100,0	191,1	13,4	93,8	168,0	56,2	96,8	91,5	70,9	147,9	88,7
Educação	100,0	150,9	70,1	79,4	134,0	109,0	80,4	91,9	63,4	85,8	172,1
Restaurantes e Hotéis	100,0	108,3	63,8	99,0	74,2	102,0	43,8	117,0	43,3	97,9	143,8
Outros Produtos e Serviços	100,0	123,4	17,8	110,0	177,8	58,5	46,7	116,5	45,5	122,2	70,0
Saúde e Educação	100,0	153,8	50,7	86,5	147,6	112,6	82,3	77,8	52,6	125,8	122,3
Saúde e Educação Públicas	100,0	173,2	48,6	81,3	130,1	134,9	72,0	43,7	52,0	85,1	148,9
Consumo Privado das Famílias	100,0	160,5	53,0	91,1	149,2	80,8	89,6	94,8	71,0	147,3	106,1
Produtos	100,0	162,8	43,8	90,6	163,1	77,9	101,0	91,4	85,3	137,0	102,0
Duráveis	100,0	130,5	25,3	115,7	151,8	52,1	102,3	52,1	63,5	133,8	77,5
Não-Duráveis	100,0	170,2	48,2	84,9	166,3	83,7	101,0	100,1	90,3	138,0	107,5
Serviços	100,0	154,9	59,3	89,8	136,7	94,1	76,0	98,1	57,5	143,5	112,4
Energia Elétrica, Gás e Outros Combustíveis	100,0	203,8	73,7	92,1	131,2	54,0	90,7	49,5	43,9	183,9	135,2

(1) Consumo efetivo = Consumo privado + Saúde e educação públicas.



Tabela 2 - Índices de despesas nominais *per capita*, região = 100

Itens	Índices de despesas nominais <i>per capita</i>										
	Região (= 100)	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Peru	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Consumo efetivo das famílias (1)	100,0	125,0	28,3	103,4	174,3	71,7	75,9	78,6	40,1	155,0	110,1
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	100,0	148,4	42,8	79,5	178,5	89,3	100,9	117,9	66,4	150,9	146,5
Álcool e Fumo	100,0	195,7	19,4	74,7	185,1	119,1	66,0	62,9	41,9	229,1	133,8
Vestuário e Calçados	100,0	118,8	20,0	98,5	213,3	68,2	102,2	101,4	68,3	162,6	94,4
Habitação e Serviços	100,0	142,4	21,6	119,0	139,2	60,4	51,6	39,8	27,9	179,6	72,2
Mobiliário, Artigos para o Lar, Manutenção	100,0	108,2	27,6	109,1	193,1	64,4	89,7	70,1	35,9	161,9	98,2
Saúde	100,0	104,6	15,2	106,9	225,1	81,7	56,1	58,7	22,8	191,1	100,5
Transporte	100,0	102,2	47,1	115,2	152,0	67,3	93,9	57,8	39,9	158,4	87,2
Comunicação	100,0	148,2	20,3	92,7	202,0	63,0	106,2	60,7	30,2	147,0	158,3
Recreação e Cultura	100,0	167,7	8,4	102,6	169,4	51,9	93,7	74,7	51,0	141,3	94,1
Educação	100,0	74,1	27,0	111,6	176,0	67,7	74,0	82,3	22,8	91,9	141,4
Restaurantes e Hotéis	100,0	129,1	42,2	94,9	100,6	78,9	42,9	119,9	32,0	130,9	170,0
Outros Produtos e Serviços	100,0	99,2	10,8	117,3	211,4	55,2	39,6	93,9	29,9	131,7	70,4
Saúde e Educação	100,0	89,7	20,9	109,2	201,1	74,9	64,9	70,2	22,8	142,6	120,5
Saúde e Educação Públicas	100,0	98,0	20,2	107,8	180,2	90,8	60,6	40,4	21,6	97,7	142,7
Consumo Privado das Famílias	100,0	127,5	29,1	103,0	173,7	70,0	77,3	82,1	41,8	160,3	107,2
Produtos	100,0	137,1	28,9	94,1	177,4	80,3	93,0	87,0	57,2	141,0	121,6
Duráveis	100,0	114,8	17,9	122,8	130,5	49,1	91,9	47,1	48,1	131,8	85,7
Não-Duráveis	100,0	142,1	31,4	87,6	188,0	87,3	93,2	96,0	59,3	143,0	129,7
Serviços	100,0	116,8	25,9	108,8	172,7	67,3	63,7	73,6	27,0	158,0	107,6
Energia Elétrica, Gás e Outros Combustíveis	100,0	108,1	46,5	124,9	164,9	47,7	57,6	60,4	30,4	235,2	45,9

(1) Consumo efetivo = Consumo privado + Saúde e educação públicas.



Tabela 3 - Índices de nível de preços, média da região = 100

Itens	Índices de nível de preços									
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Peru	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Consumo efetivo das famílias (1)	77,5	53,8	114,2	117,7	85,3	85,7	85,8	57,4	108,0	101,3
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	84,4	64,6	100,3	116,9	107,9	95,9	99,9	61,1	99,7	126,4
Álcool e Fumo	88,2	90,9	92,0	132,9	119,1	111,5	132,0	77,1	129,2	99,3
Vestuário e Calçados	76,9	64,8	113,9	111,7	89,6	81,0	74,8	72,6	97,9	134,9
Habitação e Serviços	76,1	42,9	132,8	91,0	64,3	87,3	64,2	39,6	116,9	70,0
Mobiliário, Artigos para o Lar, Manutenção	86,5	54,3	106,3	119,7	85,6	79,3	86,0	60,9	100,1	118,3
Saúde	68,0	44,4	114,9	142,4	71,4	66,8	90,7	51,6	121,2	120,6
Transporte	74,4	49,1	117,8	112,7	95,8	73,1	76,7	71,8	108,0	80,2
Comunicação	63,2	76,8	113,8	181,7	99,3	92,9	104,0	55,2	104,1	99,1
Recreação e Cultura	87,8	62,4	109,3	100,8	92,3	96,8	81,6	72,0	95,5	106,0
Educação	49,1	38,4	140,5	131,3	62,1	92,1	89,5	35,9	107,1	82,2
Restaurantes e Hotéis	119,3	66,1	95,8	135,5	77,4	97,9	102,5	73,9	133,7	118,2
Outros Produtos e Serviços	80,4	60,5	106,6	118,9	94,5	84,9	80,6	65,7	107,7	100,5
Saúde e Educação	58,3	41,3	126,2	136,3	66,5	78,8	90,2	43,3	113,4	98,5
Saúde e Educação Públicas	56,6	41,4	132,6	138,5	67,3	84,2	92,4	41,5	114,9	95,8
Consumo Privado das Famílias	79,4	54,9	113,0	116,4	86,7	86,2	86,6	58,9	108,8	101,0
Produtos	84,2	66,0	103,8	108,7	103,0	92,0	95,2	67,1	102,9	119,2
Duráveis	88,0	71,0	106,1	85,9	94,2	89,8	90,4	75,8	98,5	110,5
Não-Duráveis	83,5	65,0	103,2	113,1	104,3	92,3	95,9	65,6	103,7	120,6
Serviços	75,4	43,7	121,1	126,3	71,5	83,8	75,1	47,0	110,1	95,7
Energia Elétrica, Gás e Outros Combustíveis	53,1	63,0	135,6	125,7	88,3	63,6	122,1	69,4	127,9	33,9

(1) Consumo efetivo = Consumo privado + Saúde e educação públicas.



Tabela 4 - Paridades de poder compra

Itens	Paridades de poder compra									
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Peru	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Consumo efetivo das famílias (1)	1	1,927	1,235	292,9	880	0,381	1,256	1 577	11,75	940
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	1	2,128	0,996	267,2	1 022	0,391	1,344	1 541	9,96	1 078
Álcool e Fumo	1	2,862	0,875	290,8	1 080	0,436	1,699	1 860	12,35	810
Vestuário e Calçados	1	2,339	1,241	280,1	931	0,363	1,104	2 008	10,73	1 262
Habitação e Serviços	1	1,566	1,463	230,6	675	0,395	0,958	1 108	12,94	662
Mobiliário, Artigos para o Lar, Manutenção	1	1,744	1,029	266,9	790	0,316	1,129	1 497	9,75	983
Saúde	1	1,813	1,416	403,9	840	0,338	1,514	1 615	15,02	1 277
Transporte	1	1,833	1,327	292,1	1 029	0,338	1,169	2 051	12,24	775
Comunicação	1	3,374	1,510	554,4	1 256	0,506	1,868	1 858	13,89	1 128
Recreação e Cultura	1	1,974	1,044	221,6	841	0,380	1,056	1 745	9,18	869
Educação	1	2,176	2,399	516,1	1 012	0,647	2,071	1 558	18,40	1 205
Restaurantes e Hotéis	1	1,538	0,673	219,1	519	0,283	0,975	1 318	9,45	713
Outros Produtos e Serviços	1	2,089	1,111	285,2	939	0,363	1,137	1 738	11,29	899
Saúde e Educação	1	1,966	1,814	450,6	911	0,465	1,755	1 578	16,38	1 215
Saúde e Educação Públicas	1	2,034	1,963	472,0	950	0,512	1,852	1 558	17,11	1 219
Consumo Privado das Famílias	1	1,921	1,193	282,8	872	0,374	1,238	1 578	11,55	915
Produtos	1	2,176	1,033	249,1	978	0,376	1,283	1 695	10,30	1 018
Duráveis	1	2,242	1,011	188,4	856	0,352	1,166	1 833	9,44	904
Não-Duráveis	1	2,163	1,035	261,2	998	0,381	1,304	1 673	10,47	1 039
Serviços	1	1,610	1,346	323,1	758	0,383	1,129	1 326	12,31	913
Energia Elétrica, Gás e Outros Combustíveis	1	3,299	2,143	457,1	1 330	0,413	2,613	2 784	20,32	460

(1) Consumo efetivo = Consumo privado + Saúde e educação públicas.



Tabela 5 - Participação nas despesas reais

Itens	Participação nas despesas reais										
	Média	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Peru	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Consumo efetivo das famílias (1)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	19,59	21,36	24,59	17,15	20,20	19,28	23,28	25,21	30,46	20,65	20,89
Álcool e Fumo	2,40	3,31	0,97	2,16	2,26	2,86	1,61	1,25	1,87	2,97	2,98
Vestuário e Calçados	4,65	4,45	2,72	4,44	5,99	4,20	6,62	6,87	6,25	5,38	2,99
Habitação e Serviços	16,88	19,59	16,10	16,71	17,45	18,85	11,27	11,41	16,99	18,08	16,01
Mobiliário, Artigos para o Lar, Manutenção	5,80	4,50	5,60	6,58	6,32	5,19	7,41	5,16	4,89	6,54	4,43
Saúde	9,30	8,88	6,04	9,56	9,94	12,66	8,83	6,57	5,87	10,23	7,13
Transporte	11,47	9,76	20,87	12,39	10,45	9,59	16,65	9,43	9,14	11,72	11,47
Comunicação	3,21	4,67	1,61	2,89	2,41	2,42	4,14	2,04	2,51	3,16	4,71
Recreação e Cultura	4,88	5,79	1,24	5,06	5,54	3,26	5,34	4,87	4,96	5,04	3,99
Educação	8,89	8,32	11,83	7,80	8,05	11,53	8,07	8,92	8,07	5,31	14,07
Restaurantes e Hotéis	5,28	3,54	6,40	5,77	2,65	6,40	2,61	6,74	3,27	3,60	6,98
Outros Produtos e Serviços	7,64	5,84	2,58	9,28	9,18	5,31	4,03	9,72	4,98	6,51	4,92
Saúde e Educação	18,19	17,35	17,51	17,38	18,14	24,35	16,91	15,45	13,71	15,95	20,47
Saúde e Educação Públicas	8,36	8,97	7,71	7,50	7,34	13,41	6,79	3,99	6,22	4,96	11,44
Consumo Privado das Famílias	91,64	91,20	92,10	92,25	92,37	88,04	92,76	94,76	93,16	94,07	89,44
Produtos	42,73	43,14	35,51	42,77	47,09	39,59	48,77	42,63	52,19	40,81	40,11
Duráveis	7,87	6,37	3,77	10,05	8,07	4,87	9,09	4,47	7,15	7,34	5,61
Não-Duráveis	34,86	36,80	31,90	32,69	39,15	34,69	39,78	38,07	45,08	33,53	34,48
Serviços	51,68	49,63	58,17	51,28	47,72	57,85	44,35	55,30	42,52	51,67	53,45
Energia Elétrica, Gás e Outros Combustíveis	5,58	7,06	7,81	5,68	4,95	3,58	5,72	3,01	3,51	7,16	6,95

(1) Consumo efetivo = Consumo privado + Saúde e educação públicas.



Tabela 6 - Participação nas despesas nominais

Itens	Participação nas despesas nominais										
	Média	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Peru	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Consumo efetivo das famílias (1)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	19,59	23,26	29,56	15,05	20,06	24,38	26,05	29,38	32,42	19,06	26,06
Álcool e Fumo	2,40	3,76	1,64	1,74	2,55	3,99	2,09	1,92	2,51	3,55	2,92
Vestuário e Calçados	4,65	4,41	3,28	4,43	5,68	4,41	6,26	5,99	7,90	4,87	3,98
Habitação e Serviços	16,88	19,24	12,85	19,43	13,49	14,21	11,48	8,54	11,72	19,56	11,06
Mobiliário, Artigos para o Lar, Manutenção	5,80	5,02	5,66	6,12	6,43	5,20	6,86	5,18	5,19	6,06	5,17
Saúde	9,30	7,79	4,99	9,62	12,02	10,60	6,88	6,95	5,28	11,47	8,49
Transporte	11,47	9,37	19,06	12,78	10,01	10,77	14,19	8,43	11,41	11,72	9,08
Comunicação	3,21	3,80	2,30	2,88	3,72	2,82	4,49	2,48	2,41	3,04	4,61
Recreação e Cultura	4,88	6,55	1,44	4,84	4,75	3,53	6,04	4,64	6,21	4,45	4,17
Educação	8,89	5,27	8,46	9,59	8,98	8,39	8,68	9,31	5,05	5,27	11,42
Restaurantes e Hotéis	5,28	5,45	7,86	4,84	3,05	5,81	2,98	8,05	4,21	4,46	8,15
Outros Produtos e Serviços	7,64	6,06	2,90	8,67	9,27	5,88	3,99	9,13	5,69	6,49	4,88
Saúde e Educação	18,19	13,06	13,44	19,21	21,00	18,99	15,56	16,26	10,32	16,74	19,91
Saúde e Educação Públicas	8,36	6,55	5,94	8,71	8,64	10,57	6,67	4,30	4,49	5,27	10,83
Consumo Privado das Famílias	91,64	93,45	94,06	91,29	91,36	89,43	93,33	95,70	95,51	94,73	89,17
Produtos	42,73	46,87	43,56	38,87	43,50	47,81	52,38	47,30	60,96	38,86	47,18
Duráveis	7,87	7,23	4,98	9,34	5,89	5,38	9,53	4,71	9,43	6,69	6,12
Não-Duráveis	34,86	39,64	38,58	29,53	37,61	42,43	42,85	42,59	51,52	32,17	41,06
Serviços	51,68	48,30	47,29	54,38	51,22	48,48	43,38	48,41	34,81	52,67	50,50
Energia Elétrica, Gás e Outros Combustíveis	5,58	4,83	9,15	6,75	5,28	3,71	4,24	4,29	4,24	8,47	2,33

(1) Consumo efetivo = Consumo privado + Saúde e educação públicas.



Tabela 7 - Participação nas despesas reais por país, região = 100

Itens	Participação nas despesas reais por país										
	Região (= 100)	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Peru	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Consumo efetivo das famílias (1)	100,00	16,51	1,34	45,07	6,51	10,46	3,16	6,74	1,11	1,28	7,81
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	100,00	18,01	1,69	39,45	6,71	10,30	3,76	8,68	1,73	1,35	8,33
Álcool e Fumo	100,00	22,72	0,54	40,43	6,12	12,44	2,11	3,50	0,87	1,58	9,68
Vestuário e Calçados	100,00	15,80	0,79	43,08	8,39	9,46	4,51	9,96	1,50	1,48	5,03
Habitação e Serviços	100,00	19,16	1,28	44,59	6,73	11,68	2,11	4,55	1,12	1,37	7,41
Mobiliário, Artigos para o Lar, Manutenção	100,00	12,79	1,30	51,08	7,09	9,36	4,04	6,00	0,94	1,45	5,96
Saúde	100,00	15,76	0,87	46,32	6,95	14,24	3,00	4,76	0,70	1,41	5,99
Transporte	100,00	14,05	2,44	48,69	5,93	8,75	4,59	5,54	0,89	1,31	7,81
Comunicação	100,00	24,01	0,67	40,55	4,89	7,90	4,08	4,29	0,87	1,26	11,47
Recreação e Cultura	100,00	19,56	0,34	46,71	7,39	6,99	3,46	6,73	1,13	1,32	6,37
Educação	100,00	15,45	1,79	39,54	5,89	13,56	2,87	6,76	1,01	0,77	12,36
Restaurantes e Hotéis	100,00	11,08	1,63	49,27	3,26	12,69	1,56	8,61	0,69	0,87	10,33
Outros Produtos e Serviços	100,00	12,63	0,45	54,74	7,82	7,27	1,67	8,57	0,73	1,09	5,03
Saúde e Educação	100,00	15,74	1,29	43,06	6,49	14,01	2,94	5,73	0,84	1,12	8,79
Saúde e Educação Públicas	100,00	17,73	1,24	40,45	5,72	16,79	2,57	3,22	0,83	0,76	10,69
Consumo Privado das Famílias	100,00	16,43	1,35	45,37	6,56	10,05	3,20	6,97	1,13	1,32	7,62
Produtos	100,00	16,67	1,12	45,10	7,17	9,69	3,61	6,73	1,36	1,22	7,33
Duráveis	100,00	13,36	0,64	57,58	6,68	6,48	3,65	3,83	1,01	1,20	5,57
Não-Duráveis	100,00	17,42	1,23	42,26	7,31	10,41	3,61	7,36	1,44	1,23	7,72
Serviços	100,00	15,85	1,51	44,71	6,01	11,71	2,71	7,21	0,92	1,28	8,08
Energia Elétrica, Gás e Outros Combustíveis	100,00	20,86	1,88	45,85	5,77	6,72	3,24	3,64	0,70	1,64	9,71

(1) Consumo efetivo = Consumo privado + Saúde e educação públicas.



Tabela 8 - Participação nas despesas nominais por país, região = 100

Itens	Participação nas despesas nominais por país										
	Região (= 100)	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Peru	Paraguai	Uruguai	Venezuela
Consumo efetivo das famílias (1)	100,00	12,80	0,72	51,47	7,66	8,93	2,71	5,78	0,64	1,39	7,91
Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas	100,00	15,19	1,09	39,56	7,85	11,11	3,60	8,67	1,06	1,35	10,52
Álcool e Fumo	100,00	20,03	0,49	37,21	8,14	14,82	2,36	4,63	0,67	2,05	9,61
Vestuário e Calçados	100,00	12,16	0,51	49,05	9,38	8,48	3,65	7,46	1,09	1,45	6,78
Habitação e Serviços	100,00	14,58	0,55	59,24	6,12	7,51	1,84	2,93	0,44	1,60	5,18
Mobiliário, Artigos para o Lar, Manutenção	100,00	11,07	0,70	54,29	8,49	8,01	3,20	5,16	0,57	1,45	7,05
Saúde	100,00	10,71	0,39	53,22	9,90	10,17	2,00	4,32	0,36	1,71	7,22
Transporte	100,00	10,46	1,20	57,36	6,68	8,38	3,35	4,25	0,64	1,42	6,26
Comunicação	100,00	15,18	0,52	46,16	8,88	7,84	3,79	4,47	0,48	1,31	11,37
Recreação e Cultura	100,00	17,17	0,21	51,05	7,45	6,45	3,35	5,49	0,81	1,26	6,76
Educação	100,00	7,58	0,69	55,53	7,74	8,43	2,64	6,05	0,36	0,82	10,16
Restaurantes e Hotéis	100,00	13,22	1,07	47,21	4,42	9,82	1,53	8,82	0,51	1,17	12,21
Outros Produtos e Serviços	100,00	10,16	0,27	58,38	9,29	6,87	1,41	6,91	0,48	1,18	5,05
Saúde e Educação	100,00	9,18	0,53	54,35	8,84	9,32	2,32	5,17	0,36	1,27	8,66
Saúde e Educação Públicas	100,00	10,03	0,51	53,64	7,92	11,29	2,16	2,97	0,34	0,87	10,25
Consumo Privado das Famílias	100,00	13,05	0,74	51,27	7,64	8,71	2,76	6,04	0,67	1,43	7,70
Produtos	100,00	14,03	0,74	46,82	7,80	9,99	3,32	6,40	0,91	1,26	8,73
Duráveis	100,00	11,75	0,46	61,11	5,74	6,10	3,28	3,46	0,77	1,18	6,16
Não-Duráveis	100,00	14,55	0,80	43,59	8,26	10,86	3,33	7,06	0,95	1,28	9,32
Serviços	100,00	11,96	0,66	54,15	7,59	8,37	2,27	5,41	0,43	1,41	7,73
Energia Elétrica, Gás e Outros Combustíveis	100,00	11,07	1,18	62,19	7,25	5,93	2,06	4,44	0,49	2,10	3,29

(1) Consumo efetivo = Consumo privado + Saúde e educação públicas.



Entrevista com Eduardo Pereira Nunes, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O IBGE tem mais de 8500 funcionários, incluindo 1500 contratados, e oferece cursos de graduação e pós-graduação em Estatística. O Instituto tem mais de 530 agências que atendem 5564 municípios em todo o Brasil.

O que o PCI representa para o senhor, como especialista em contas nacionais e como presidente de sua instituição?

E. P. Nunes: Como alguém que esteve envolvido nas discussões que se seguiram à última versão do PCI e viu o programa atingir este estágio, estou muito satisfeito com os resultados. Creio que minha satisfação é proporcional aos extraordinários esforços dos dez países que participaram do programa nesta região e à excelente coordenação do *Statistics Canada* e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), apoiados pelo Banco Mundial. Gostaria ainda de mencionar que demos um enorme passo no sentido de tornar as comparações de variáveis econômicas de diferentes países possíveis e significativas. Estou plenamente consciente, no entanto, de que devemos melhorar nossas próprias estatísticas em vários aspectos. Essa percepção veio através de comparações sistemáticas com outros países, as quais nos foram impostas pelo programa, um fato pelo qual estou realmente grato.

Quais são, na sua opinião, as mudanças fundamentais mostradas no PCI de 2005 em relação aos anteriores?

E. P. Nunes: Ele nos ajudou a atingir um grau de disciplina que não tínhamos. O método de coordenação técnica desenvolvido para esse programa – que exige transparência e confiança mútua e que garante a comparação de itens de natureza equivalente – tornou essencial que todos os aspectos da coleta de dados fossem olhados com muito cuidado. De fato, usamos fotografias digitais de bens selecionados e locais de compra, quando necessário. Além disso, tínhamos reuniões técnicas freqüentemente para discutir se os produtos mais indicados haviam sido escolhidos, se seus preços estavam adequados e também para definir os métodos usados para determinar preços em situações mais complexas. Tudo isso possibilitou uma abordagem sistemática do controle de qualidade a qual muitos países participantes não estavam acostumados, e da qual estou certo que nos beneficiamos enormemente.

Como o IBGE financiou sua participação nesta etapa do PCI?

E. P. Nunes: Com seus próprios recursos. Inicialmente, pensamos que apenas os recursos existentes seriam suficientes. Afinal, o Brasil possui um Índice de Preços ao Consumidor de grande abrangência, baseado em uma ampla cesta de bens e serviços. Acreditávamos que a cesta era ampla o suficiente



para servir como base para os bens e serviços a serem utilizados no PCI. Posteriormente, percebemos que não só deveríamos incluir na cesta um bom número de novos produtos, como também teríamos gastos que não haviam sido considerados inicialmente. Conseqüentemente, os recursos necessários não eram exatamente marginais. Decidimos, portanto, que deveríamos absorver tais custos no intuito de melhorar as habilidades e o conhecimento de nossa equipe de campo e de nossos técnicos de pesquisas de preços. O custo financeiro pode não ter sido previsto, mas foi, afinal de contas, muito válido. Não o consideramos um gasto presente, mas um investimento na qualidade de nossos jovens profissionais.

O senhor acha que este programa terá um impacto especial sobre os outros do IBGE?

E. P. Nunes: É claro. O primeiro dos muitos efeitos positivos que o programa nos trouxe e a todos os institutos de estatística é que ele nos permite fazer comparações seguras entre países em uma época crítica na história de nossa região. Não podemos nos esquecer de que muitos países daqui abriram suas portas para o crescente comércio com o resto do mundo. A dinâmica da mudança econômica demanda consciência de como nossos vizinhos estimam seus agregados econômicos e lidam com o processamento de dados de índices de preços, o que, por sua vez, afeta nossos próprios métodos e o seu aperfeiçoamento. No entanto, o efeito ao qual atribuo maior importância é o que o programa nos deixa, em termos de treinamento de profissionais, mais capazes de avaliar, analisar, interpretar e comparar – sejam preços, índices de preços ou agregados econômicos nacionais.

O instituto de estatística do Canadá – *Statistics Canada* – esteve diretamente envolvido no processo e, juntamente com o CEPAL, agiu como a agência executora do PCI na América Latina. Como o senhor avalia essa experiência?

E. P. Nunes: Não importa o quão motivados estejam os institutos de estatística de nossa região, o programa requer uma agência coordenadora, preferencialmente não pertencente ao círculo de participantes. Em nossa região estamos todos habituados à CEPAL, mas foi uma experiência inédita para nós trabalhar com um instituto de estatística como o do Canadá. Fiquei impressionado com o grau de profissionalismo trazido pela agência canadense e com o modo como os coordenadores regionais trabalharam em conjunto. Naturalmente, a perspectiva trazida por um parceiro produtor de estatísticas nacionais em muito nos ajudou a identificar pontos fracos nos sistemas de contas nacionais e preços de nossa região.

Pensando no futuro, o senhor acha que uma segunda versão deste programa deve acontecer?

E. P. Nunes: Estou preocupado com a velocidade com a qual os preços relativos têm mudado e com as restrições que tais mudanças trazem ao calendário que deveríamos seguir nas etapas futuras do programa. Tome-se como exemplo o que vem acontecendo com os preços do petróleo. Na época da versão anterior do PCI, os preços eram da ordem de \$25 (dólares americanos). Durante o ano de referência – 2005 – os preços atingiram \$50 e nenhum outro grande componente da cesta básica de bens e serviços teve aumento comparável. Se estivéssemos coletando os preços hoje, o petróleo teria alcançado um valor acima de \$70, introduzindo outra mudança substancial nos preços relativos. É nossa responsabilidade, como provedores de estatísticas oficiais, registrar, analisar e interpretar tais mudanças, ao invés de ignorá-las porque não nos preocupamos com a elaboração de um programa adequado.



Também não se pode ignorar a nova empreitada coletiva assumida pela comunidade das agências estatísticas das Nações Unidas com a continuidade da produção de informações relevantes para o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O Objetivo 19 prevê a redução pela metade da população mundial que sobrevive com renda inferior a 1 dólar *per capita* por dia. Simplesmente não podemos honrar tal compromisso até que sejamos capazes de determinar com segurança o poder de compra de 1 dólar em diferentes partes do mundo.

O que deveria ser diferente, em sua opinião?

E. P. Nunes: Levantar em conta o que aprendemos nesta versão do PCI é essencial. Podemos concordar que já houve um grande aprendizado sobre o modo como os preços devem ser classificados, coletados e processados. Além disso, obtivemos conhecimento extra através das comparações de nossos números com os dos países vizinhos e fomos muito beneficiados pelos esforços dos coordenadores em harmonizar resultados aparentemente inconsistentes. Infelizmente, o mesmo processo não se deu com as contas nacionais. Certamente não tivemos com elas a mesma liberdade que com os preços. Elas não seriam alteradas especialmente para essa ocasião. O fato é que enfrentamos inconsistências problemáticas, nos níveis mais detalhados de agregação, mas igualmente problemáticas. Aguardo ansiosamente uma nova versão na qual, após preparação adequada, nos engajemos em um processo de comparação sistemática dos componentes mais elementares das contas nacionais, um processo análogo ao que fizemos para os preços, e que descubramos mais sobre nossos pontos fortes e fracos.

Há algo que gostaria de acrescentar, para concluir?

E. P. Nunes: O ponto mais importante que gostaria de enfatizar é a necessidade de fazer deste projeto um programa permanente. Nós devemos ter um retorno do enorme esforço feito nesta versão do PCI após a qual a nova deve ser logo iniciada. A preparação deve ter início em 2007, a coleta de dados em 2008 e a publicação em 2009. Se pudermos contar com o apoio contínuo do *Statistics Canada* e da CEPAL, acredito que seremos capazes de fazer do PCI um elemento permanente do nosso programa estatístico.



Equipe Técnica

Instituições Nacionais

Argentina: Instituto Nacional de Estadística y Censos, INDEC

Bolívia: Instituto Nacional de Estadística, INE

Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE

Canadá: Statistics Canada

Chile: Instituto Nacional de Estadísticas, INE; Banco Central de Chile

Colômbia: Departamento Administrativo Nacional de Estadística, DANE

Equador: Instituto Nacional de Estadística y Censos Del Ecuador, INEC; Banco Central Del Ecuador

Paraguai: Banco Central Del Paraguay

Peru: Instituto Nacional de Estadística e Informática, INEI

Uruguai: Instituto Nacional de Estadística, INE; Banco Central del Uruguay

Venezuela: Banco Central de Venezuela

Instituições Internacionais

Banco Mundial

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL

Equipe Técnica

O texto e as tabelas desta publicação foram preparados por uma equipe dirigida por Jacob Ryten (consultor do Banco Mundial) e Louis Marc Ducharme (Statistics Canada) com a assistência de Yonas Biru (Banco Mundial) e Heber Camelo (CEPAL).

A publicação foi coordenada pela Diretoria de Pesquisas e a Gerência de Relações Internacionais do IBGE.

